
ANÁLISE DOCUMENTAL: ALGUMAS PISTAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA E HISTÓRIA¹

Flávia Cristina Silveira Lemos²
Dolores Galindo
Leandro Passarinho Reis Júnior
Marcelo Moraes Moreira
Amanda Gabriella Borges
Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO. Este artigo tem o objetivo de abordar algumas contribuições da pesquisa documental na esfera de conversação de várias áreas e saberes. Uma partilha metodológica é colocada como pressuposto na descrição e na análise de documentos, na formação de arquivos, constituídos de acontecimentos que deixaram restos e marcas, vestígios no tempo e no espaço. O documento não é uma prova e sim uma pista de que algo ocorreu, mas não pode ser restituído em uma totalidade histórica, apenas ser colocado em narrativas com lacunas por meio do tratamento das fontes documentais pelos pesquisadores. As conversas entre saberes da Psicologia e da História são relevantes na análise histórico-documental. Este artigo assinala pistas para acesso e manejo dos arquivos, bem como desafios, dificuldades e relevância de estudos que usem as fontes históricas datadas e situadas espacialmente. A pesquisa documental auxilia na problematização de práticas sociais, da desnaturalização das mesmas e da ruptura com cristalizações.

Palavras-chave: Documentos; psicologia; história.

DOCUMENTARY ANALYSIS: RESEARCH CLUES IN PSYCHOLOGY AND HISTORY

ABSTRACT. This article aims to address some contributions of documentary research in a sphere where several fields and pieces of knowledge dialogue. A methodological exchange is placed as presupposition in the description and analysis of documents, in the formation of archives made up of events that have left remnants and marks, traces in time and space. A document is not a proof but a clue that something has occurred; however, it cannot be restored in a historical totality, only be put into narrative with gaps through the treatment of documentary sources by researchers. The dialogues between the pieces of knowledge of Psychology and History are relevant in historical-documentary analysis. This article points at clues for the access to and handling of archives, as well as at challenges, difficulties and relevance of studies that use historical sources which are dated and spatially situated. Documentary research aids in the problematization of social practices, in their denaturalization and in the break with crystallizations.

Keywords: Documents; psychology; history.

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² *E-mail:* flaviacslemos@gmail.com

ANÁLISIS DE DOCUMENTOS: ALGUNAS PISTAS DE INVESTIGACIÓN EN PSICOLOGÍA E HISTORIA

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo abordar algunas contribuciones de la investigación documental en el ámbito chat de diversos campos. Un intercambio metodológico se coloca por sentado en la descripción y análisis de los documentos, la formación de archivos, compuestos por los acontecimientos que han dejado restos, en el tiempo y el espacio. El documento no es una carrera sino un indicio de que ocurrió algo, pero no se puede restaurar en una totalidad histórica, sólo para ser puesto en la narrativa con brechas en el tratamiento de las fuentes documentales. Las conversaciones en el conocimiento en la psicología y la historia, sus análisis históricos y documental. Este artículo señala pistas para la gestión de archivos, así como los retos, dificultades y relevancia de los estudios que utilizan fuentes. La investigación documental histórico ayuda cuestionamiento de las prácticas, la desnaturalización de ellos y romper con la cristalización.

Palabras-clave: Documentos; psicología; historia.

Introdução

Este artigo visa apresentar uma discussão entre os saberes da Psicologia e da História, oferecendo algumas pistas da pesquisa documental, objetivando partilhar práticas de estudo com a análise de fontes documentais. Busca-se apresentar contribuições que possam colaborar com trabalhos em psicologia por meio dessa modalidade metodológica histórico-documental.

Um documento é o resultado de várias forças entrecruzadas, sendo uma montagem que é o efeito de práticas concretas. “Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela” (Veyne, 1998, p. 243).

As metodologias sociais são utilizadas na pesquisa, seja em contextos acadêmicos, seja como ferramentas de intervenção profissional. Entre as várias metodologias sociais, encontra-se a pesquisa documental (Gil, 2008). A pesquisa documental histórica auxilia na problematização de práticas sociais, da desnaturalização das mesmas e da ruptura com cristalizações.

Trata-se de um olhar questionador e crítico da atualidade “que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição de evidências” (Lemos & Cardoso Júnior, 2009, p. 353). A história problematizadora vem tomando os acontecimentos não mais como fatos históricos e sim como práticas singulares e datadas.

Em Foucault (2004) e Deleuze (1992), a problematização permitia pensar e fazer uma escrita da história. Fazer perguntas é imprescindível para a construção de uma trama de intrigas e para forjar as ferramentas de desnaturalização das práticas. A história cerca-nos, delinea-nos como modos de viver e de ser, de pensar e de agir; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de nos tornar (Deleuze, 1992).

Metodologia de pesquisa com documentos

Analisar a produção dos arquivos como suportes de guarda de um conjunto de documentos montado e selecionado, criado e conservado implica interrogar sobre a constituição dos mesmos, sobre os discursos que trazem e sobre as relações de poder que ensejam, sobre as imagens que são divulgadas, as cores e os carimbos que estão presentes nos documentos etc. (Castro, 2008).

Martins (2009) ressalva que cartas, mapas, fotos, imagens, fontes iconográficas, como pinturas, arquiteturas, estampas, selos, cartazes, anúncios publicitários, caixas, latas, embalagens, desenhos, jornais, almanaques, revistas, capas de livros e álbuns são fontes imagéticas, entre outras. Há fontes literárias, como poesias, romances, contos, biografias, diários, crônicas e literatura intelectual. Também há fontes audiovisuais, como filmes, documentários e vídeos, presentes em cinematecas e em Museus de Imagem e Som.

Outros tipos de fontes são as judiciárias, as educacionais, as epistolares, as administrativas, as paisagens urbanas e rurais, os escritos de viajantes. Também há fontes do Estado, como portarias e leis, relatórios de políticas públicas, atas de reunião, documentos de comitês e de ministérios, relatórios de conselhos de direitos e conferências, editais de pesquisa, diários da união etc.

No cotidiano do trabalho de psicólogos, há uma massiva produção de documentos: relatórios de atendimento, projetos, dossiês, pareceres, laudos, e há também a guarda desses em arquivos, uns sigilosos e outros não. Os psicólogos também recebem documentos de outros profissionais para exercer suas práticas e tomar decisões: queixas, denúncias, laudos médicos, pedidos do Poder Judiciário, encomendas das escolas, diários de família, pedidos de aplicação de testes e avaliações, encaminhamentos de clientes, solicitações de laudos, queixa escolares, entre outros.

Parte do trabalho do psicólogo é analisar documentos e os efeitos dos mesmos na vida das pessoas, pesquisar e ouvir as histórias de vida, arquivar essas histórias para, em algum momento, fabricar documentos com as mesmas. Assim, tanto a narrativa oral quanto a escrita das histórias são material para se pensar a produção de subjetividades (Françóis, 1996).

Os documentos orais e escritos se tornaram operadores de escuta psicológica e da produção da própria história da psicologia como saber, poder e subjetivação. A historiografia pode contribuir tanto com a prática profissional de psicólogos quanto com o campo de pesquisas dos fazeres do interesse da Psicologia. Por exemplo, a história tem a preocupação de analisar documentos que não ganharam expressão escrita e/ou imagética, tais como as entrevistas individuais e grupais, as quais são importantes meios de fabricação de documentos e de arquivos. Um diário de campo também é fruto de observações de relatos orais e de visibilidades e se tornou um documento usado para a problematização de práticas sociais, políticas, de subjetivação, culturais e econômicas (Alberti, 2010).

A aproximação da história com a psicologia se dá pela preocupação das duas com as relações e as diferenças entre a vida privada e a pública, pelo cotidiano e suas intercessões diversas entre subjetividade, cultura e sociedade fora de um campo de entidades fixas e universais. Há uma relação próxima entre história e psicologia com inflexões mútuas (Françóis, 1996).

O trabalho com a história oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo. Trata-se, pois, de metodologia interdisciplinar por excelência. Além dos campos mencionados, ela pode ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento: na Educação, na Economia, nas Engenharias, na Administração, na Medicina, no Serviço Social, no Teatro, na Música.... (Alberti, 2010, p. 156)

O arquivo pode ser um documento sonoro, gravado por um pesquisador, e visa recolher, pelas entrevistas, observações e diários de campo, rastros, redes de intrigas, relações de pertencimentos e testemunhos. Não é apenas uma técnica, pois implica uma metodologia, uma posição conceitual e política, uma crítica aos arquivos ditos oficiais dos que, em geral, são vistos como vencedores (Malatian, 2009).

A gravação de uma entrevista transcrita se torna um arquivo produzido pelo pesquisador e pelo entrevistado, podendo ser analisada historicamente. As anotações do diário de campo também são documentos, os quais foram forjados pelo pesquisador em um formato de arquivo histórico. Dessa forma, a noção de documento é ampla e pode ser composta como vestígio das práticas, dos nossos fazeres no tempo e no espaço (Alberti, 2010).

A história da vida privada, da alimentação, da civilização, da sexualidade, da família, da infância, de uma política pública, dos intelectuais, dos costumes, da cultura, das religiões, da arte, entre outras, pode interessar aos psicólogos e pode ser feita por eles também, em articulação com os historiadores. A grande proximidade das áreas ocorre no que tange determinados temas e certos procedimentos metodológicos (Ferreira, 2009).

O trabalho de análise documental com biografias e autobiografias, realizado na história da vida privada, política, intelectual, da família, de movimentos sociais, da cultura etc., é dos aspectos em que há um encontro extremamente profícuo entre história e psicologia. A problematização das

resistências, das rupturas e das descontinuidades entre as práticas educativas recebidas face às pressões sociais é um dos objetivos desse tipo de estudo (Malatian, 2009).

Em Psicologia, um estudo de caso seria uma análise biográfica ou autobiográfica que poderia lidar com a história de vida como objeto problemático a ser descrito e interrogado (François, 1996; Malatian, 2009). Essa modalidade de estudo, em história, passou a ser denominada de escrita de si. Nesse campo de pesquisa, o interesse se volta para a análise dos sentimentos, das emoções, das experiências singulares frente às normas sociais (Farge, 2011).

Documentos como cartas, diários íntimos, receitas, currículos, álbuns de família, pastas com contas pagas e certidões de batismo e de registro civil, entre outros, são fontes históricas que interessam à problematização histórica e à dimensão psicológica, na construção de subjetividades relacionadas com o tempo, o espaço, a cultura e a sociedade de uma determinada época (Malatian, 2009).

Se a história metódica e factual positivista acreditava que o documento era neutro e uma prova do passado, a história, durante o século XX, vem questionar essa visão e possibilitou a ampliação da noção de documento enquanto um monumento, um artefato constituído por práticas. A partir desse momento, o documento se tornou um rastro e/ou uma pista do passado que deveria ser estudado quanto à sua recepção, produção e arquivamento pelo historiador e pela sociedade, em determinadas circunstâncias pelas quais foi fabricado e ganhou relevância como objeto de pesquisa (Albuquerque Jr., 2009).

O documento não é uma prova da verdade e sim um artefato cultural e histórico e pode ser guardado em arquivos, bibliotecas e museus. Algo se torna documento por meio de relações entre valores, memórias, temporalidades e espaços específicos (Castro, 2008).

A problematização como pensamento crítico dos documentos, na história, é uma proposta relevante para o movimento da chamada história nova (Rabinow & Rose, 2003). Esse movimento esteve vinculado, a partir de 1960, à corrente francesa da Escola dos Annales, a qual realizou três viradas históricas: a história econômica, a história social e a história nova cultural. Essas práticas trouxeram novas abordagens, novos objetos, temas e problemas para a pesquisa documental. Anteriormente, a história era factual positivista e considerada tradicional, porque se limitava aos denominados arquivos oficiais e à escrita da produção de heróis da nação. Com os Annales, outros atores ganham importância e a noção de documento é ampliada.

Gil (2008) salienta as diferenças entre a pesquisa documental e a bibliográfica. A primeira é realizada, de forma geral, com materiais que ainda não tiveram um trabalho analítico feito; enquanto a segunda, ao contrário, levanta e estuda o que já foi publicado sobre assunto, tema, metodologia e teoria produzidos por outros autores. Assim, é possível afirmar que os documentos que não receberam tratamento analítico são fontes primárias, e a bibliografia é uma fonte secundária.

O artefato e o artesão de documentos e de arquivos

Há vários aspectos ligados à seleção de documentos, como data e lugar, seus suportes, se existe ou não o financiamento da guarda desses, os modos de organização dessa guarda, as lacunas nos arquivos, se está acumulado com outros documentos, condições de conservação e disponibilidade pública, entre outros aspectos. O arquivo está vinculado ao arquivista, assim como o documento à mão que o maneja e analisa, em que narrativa e ficção se entrelaçam em uma trama densa e multifacetada (Farge, 2011).

Ao estabelecer suas fontes, o historiador as maneja, lê, organiza, recorta, seleciona, define um corpo documental a partir do objeto de pesquisa, do problema e dos objetivos estabelecidos. Um estudioso que deseja utilizar essa metodologia deve cotejar as fontes primárias escolhidas com as secundárias, propondo um tempo (período histórico para a realização do estudo) e um espaço (lugar em que os acontecimentos ocorreram) (Certeau, 2011).

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da

época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 2012, p. 519).

Tanto o arquivo quanto o documento são fabulados por tensões, marcados por jogos e disputas, constituídos por práticas de partilhas e de confrontos. Um documento tem regras de produção, de circulação, de recepção e não é transparente e imparcial. Os documentos estão vinculados a poderes que o autorizam ou não, que os legitimam em certos espaços e os silenciam em outros. Um documento não pode ser analisado isoladamente, pois tem relações de pertencimento social e orientações políticas, não sendo obra unitária e totalizadora (Albuquerque Jr., 2009).

É preciso ter ciência de que não é possível realizar uma história total dos acontecimentos passados e também observar critérios de inclusão e de exclusão das fontes, bem como separação entre primárias e secundárias, em função da relevância dos documentos para tentar responder às perguntas elaboradas no estudo proposto (Gil, 2008).

Os documentos são discursos editados, financiados, frutos de disputas e de alianças; podem ser rasurados, escondidos, apagados, servir para tomadas de decisões; pressupõem uma data de produção e uma atividade social na qual são urdidos e agenciados (Certeau, 2011). Os documentos são repletos de prescrições normalizadoras e de normativas legais. Eles orientam modos de viver, de ser, de sentir e de pensar (Foucault, 2004).

O conhecimento do histórico está ligado à época de sua produção, ao presente do historiador, que é sempre novo. Se o presente é sempre novo e reinterpreta de forma nova o passado, a verdade do passado será também sempre nova, pois dominada pela novidade do presente... A história não encontra invariantes, não há um motor da história... As fontes do historiador são lacunares... (Reis, 2014, pp. 150-151).

Há casos em que o pesquisador só acessa o arquivo pela mediação de um funcionário que traz uma caixa com dossiês, relatórios e não permite o acesso do pesquisador ao local de armazenamento dos mesmos, realidade muito comum em arquivos do Judiciário. Há também situações em que os documentos estão digitalizados em centros de documentação, organizados e bem conservados. Ainda é possível encontrar documentos em suportes na internet, abertos e de livre acesso ao público (Bacellar, 2010).

Os documentos são efeitos de práticas concretas, ou seja, de fazeres históricos que tiveram tempo e lugar definidos. O objeto é resultado do que foi feito pelos homens na história, marcando a singularidade dos eventos históricos. Assim, há uma raridade dos acontecimentos, porque eles não se repetem, no máximo, são atualizados. As relações entre várias práticas auxiliam a problematizar os fazeres, em uma coexistência não natural e nem linear causal (Veyne, 1998).

O acesso às fontes e a sua conservação deverão ser descritos, e as condições das mesmas em um arquivo também deverão ser alvo de preocupação e análise (Castro, 2008). “Todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas” (Albuquerque Jr., 2009, p. 235).

Os documentos e as histórias que narram são fragmentos do passado e não podem ser analisados como se tivessem uma coerência e uma sequência linear. São restos e possuem lacunas, quebras e hiatos. Por isso, Certeau (2011) aponta como o historiador trabalha no limite da escrita e opera no limiar entre o passado e o presente, conseguindo alcançar uma perspectiva analítica do lugar institucional que ocupa e da posição subjetiva que ocupa.

Apesar desses espaços descontínuos, podem oferecer pistas sobre as sociabilidades, sobre os hábitos e os valores, trazem narrativas de subjetividades vividas, tais como os diários, as cartas, os e-mails pessoais, as fotos de família, os blogs, as páginas nas redes sociais, os postais enviados, os móveis de uma casa, os vestuários de uma época, as maneiras de se alimentar, os prazeres e os odores, os ressentimentos e as rivalidades, abrigados em suportes da memória, os arquivos (Cunha, 2009).

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (Nora, 1993, p. 09).

Os arquivos privados são tão importantes quanto os arquivos públicos para as pesquisas documentais, os primeiros podem tornar-se públicos quando doados às bibliotecas, aos museus e aos centros de conservação da memória e ainda quando publicados em redes sociais na internet. Há uma preocupação intensiva para a produção de arquivos pessoais, hoje.

A vontade de expor a vida privada publicamente em detalhes, nos blogs e nas redes sociais, de criar autobiografias, de ler biografias e considerá-las literatura importante a acessar de forma a buscar exemplos de sucesso a ser imitado e alcançado tem movido a sociedade contemporânea. Estudar essa vontade de saber e de se expor é um interesse dos pesquisadores do presente e dos profissionais que estudam os processos de existências contemporâneos (Nora, 1993).

Os arquivos públicos nem sempre estão em condições de preservação e de organização adequadas aos usos dos pesquisadores. É muito comum ainda, no Brasil, certa precariedade no armazenamento e na guarda de documentos, inclusive de digitalização dos mesmos com acesso irrestrito ao pesquisador. Muitas instituições públicas acham que seus arquivos são restritos e dificultam o acesso ao acervo para estudos, o que é um equívoco, pois os trabalhos com esses materiais facilitam e contribuem para a análise das práticas realizadas, trazendo produções relevantes tanto na esfera da avaliação e acompanhamento de políticas públicas quanto na dimensão de formação profissional e auxílio no desenvolvimento de novas ferramentas de intervenção por meio dos saberes, os quais poderão ser gerados em uma pesquisa (Bacellar, 2010).

Certo descaso com as instituições arquivísticas tem sido uma realidade, no Brasil. Por isso, as lutas pela cidadania na guarda e na preservação da memória são constantes e travadas cotidianamente para que se possa ter acesso a outras versões da história e à pluralidade de documentos e de maneiras de viver. No Brasil, muitos arquivos foram destruídos e são impedidos de circular publicamente em função das disputas e das dominações entre grupos sociais, da desautorização de maneiras de viver por segmentos da sociedade que desejam se colocar acima dos outros e tornar seus valores modelo a ser seguido.

Em muitas pesquisas realizadas, os estudiosos encontram os documentos jogados em caixas, em depósitos, sem catalogação, desorganizados, em instalações precárias, sem ordenação temporal, misturados e, até mesmo, sem condições de serem analisados em função da deterioração em que se encontram. O abandono desses documentos diz dos modos de desconsiderar as políticas públicas e os atendimentos realizados nas mesmas e/ou ainda de neutralizar as memórias que colocam em xeque a produção dos heróis da nação e eleitos de forma populistas como líderes messiânicos de uma comunidade, de uma sociedade e de um grupo específico (Bacellar, 2010).

No caso de documentos orais e arquivos não tombados, há uma preocupação com os arquivos em sua preservação quanto ao que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) considera patrimônio imaterial. Os documentos em arquivos não são mortos, como dizem muitas instituições e pessoas que desvalorizam as fontes históricas e culturais como legado da sociedade e expressão da diversidade das formas de existência (Cunha, 2009).

Assim, as narrativas históricas e os fazeres das mesmas configuram experimentações múltiplas e multifacetadas, descontínuas, mas entrecruzadas em mapas que forjam escritas diferenciadas e recebem tratamentos metodológicos relacionados às disciplinas, aos objetos e aos saberes específicos a cada campo em que as fontes documentais são agenciadas (Cardoso Jr., 2001). "... Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro" (Foucault, 1979, p. 171).

Considerações finais

Finalizando, as relações entre tempo, espaço e subjetividades têm sido objeto de preocupação da Psicologia e da História, entre outras áreas que se ocupam também da análise documental como metodologia de pesquisa (Alberti, 2010). Dessa forma, a escrita histórica é uma operação historiográfica assim como, na psicologia, a analítica, que aciona a problematização da subjetividade e que não pode ser separada dos processos de subjetivação.

A narrativa do historiador mediante a interrogação das fontes documentais para contar os acontecimentos não é um reflexo sem ferramentas e sem procedimentos de manejo teórico. Na psicologia, também não ocorre uma análise das fontes de formação da subjetividade de forma descolada da preocupação analítica com as práticas sociais que fabricam as existências, inclusive, do próprio pesquisador em psicologia que estuda os documentos. Portanto, na análise histórico-documental, vale observar os alertas indicados ao longo desse artigo, visando assinalar as precauções importantes para a realização de um estudo com fontes documentais.

A paciência é uma prática a ser exercida pelo pesquisador que deseja trabalhar com documentos. Foucault (1979) já afirmava que os estudos históricos exigem um cuidado meticuloso, pacientemente documentário. A pesquisa e as fontes documentais são importantes como metodologia, pois permitem pensar as práticas feitas por nós, em uma determinada sociedade, marcando o tempo e o espaço em que ocorreram enquanto vetores relevantes ao olhar do pesquisador atento. A história e a psicologia auxiliam a romper com as cristalizações instituídas e naturalizadas, na medida em que se ocupam do estudo documental.

Finalizando, os estudos documentais não estão restritos às pesquisas acadêmicas, mas podem ser dispositivos de intervenção nas práticas profissionais e nas lutas dos movimentos sociais, na medida em que permitem historicizar os fazeres e abrir brechas para processos de diferenciação de maneiras de viver e modos de trabalhar. A problematização dos documentos é uma ferramenta para atuar no deslocamento de saberes e modos de pensar cristalizados para que, ao desnaturalizá-los, possa criar campos de possíveis (Rabinow & Rose, 2003).

Foucault (1979) salientou que o intelectual específico é aquele que atua no presente em que vive e na crítica local para efetivar uma história sem profecias em que operam prognósticos do futuro a seguir e que não fica presa ao passado como tradição a ser repetida e imitada por uma cultura supostamente homogênea de um povo a conservar. Estudar a história é uma maneira de diferir do que se é e forjar passagens de um vir a ser.

A cristalização histórica de formas de vida conduz a ressentimentos e a ódios às diferenças. A afirmação das potências dos encontros ganha em ruptura com repetições que enfraquecem a história na sua condição efetiva de transformação das existências. Foucault ressaltava a importância do trabalho com documentos para as lutas do presente e afirmava que realizava pesquisas com temas com os quais estava engajado politicamente (Artières, 2014).

A história problematizadora visava interrogar os documentos, colocá-los à espreita por meio de perguntas que desmontassem a trama do monumento fabricado peça a peça, em um arquivo. Tratava-se de uma atitude crítica, enquanto um trabalho do pensamento rigoroso sobre os eventos históricos (Gros, 2014). Assim, os problemas podem variar tanto quanto as perguntas forem ampliadas, ou seja, não há uma solução para as inquietações do pesquisador, apenas alcances analíticos fragmentários nas descrições e nas análises realizadas, de forma que as fontes e as perguntas nunca são esgotadas em um trabalho (Lemos & Cardoso Jr., 2012).

Romper com os monumentos do passado para não adorá-los e não sentir culpa da singularização implica cuidar do presente sem desprezar os legados recebidos e sem ficar preso ao medo do futuro. Nesse sentido, é que Nietzsche (2003) declarava fazer uma história a favor do tempo e contra o tempo, concomitantemente.

É possível afirmar, finalizando, que a análise de documentos ganhou bastante em sua expansão teórica e metodológica com a conversação entre a história, a psicologia, a antropologia, a sociologia e a geografia. Os efeitos entre esses saberes e as apropriações de manejo dos documentos foram

recíprocos e trouxeram uma ampliação das fontes, das abordagens das mesmas e um aumento dos objetos estudados (Certeau, 2011).

Como destacou Oliveira (2006), a pesquisa se realiza em um intenso estranhamento entre olhar, ouvir e escrever de um movimento permanente de deslocamento de si com vistas a tentar trabalhar com a diversidade do campo da pesquisa. Singularizar os contextos socioculturais não é simples e demanda do estudioso uma avaliação de si no manejo das fontes, cotejadas pelo problema e objeto de pesquisa. Descolonizar o pensamento e as práticas cotidianas exige um esforço de suspensão de juízos prévios, de desvios de temporalidade e dos lugares habitados por quem escreve a história (Côrrea, 2013).

Deleuze e Guattari (2014) designaram essa prática como um gaguejar na própria língua para realizar um estranhamento da mesma a fim de abrir-se ao olhar estrangeiro e despregar-se das naturalizações que colam nos corpos e subjetividades. De acordo com Sforzini (2014), na pesquisa documental, trava-se uma batalha no corpo, marcado pela história de forma a fazer a escrita de outras histórias abertas às multiplicidades das maneiras de viver e de ser.

Referências

- Alberti, V. (2010). Fontes orais. Histórias dentro da História. In C. B. Pinsky, C. B. (Org.), *Fontes históricas* (pp. 155-201). São Paulo: Contexto.
- Albuquerque Jr., D. M. (2009). Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 203-25). São Paulo: Contexto.
- Artières, P. (2014). Les trouvailles de l'archéologue. In J. F. Bert & J. Lamy (Orgs.), *Michel Foucault. Un heritage critique* (pp. 89-96). Paris: CNRS editions.
- Bacellar, C. (2010). Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 23-81). São Paulo: Contexto.
- Cardoso Jr., Hélio Rebelo. (2001). *Tramas de clio*. Curitiba: Aos quatro ventos.
- Castro, C. (2008). *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Certeau, M. (2011). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense.
- Côrrea, M. (2013). *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Cunha, M. T. (2009). Diários pessoais: territórios abertos para a história. In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 251-280). São Paulo: Contexto.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2014). *Kafka*. Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica.
- Farge, A. (2011). *Lugares para a história*. Rio de Janeiro: Autêntica.
- Ferreira, A. C. (2009). Literatura: a fonte fecunda. In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 61-92). São Paulo: Contexto.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- François, E. (1996). A fecundidade da história oral. In J. Amado & M. M. Ferreira (Orgs.), *Usos & abusos da história oral* (pp. 03-14). Rio de Janeiro: FGV.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gros, F. (2014). Problématisation. In J. F. Bert & J. Lamy (Orgs.), *Michel Foucault. Un heritage critique* (pp. 125-126). Paris: CNRS editions.
- Le Goff, J. (2012). Documento/Monumento. In *História e Memória* (pp. 509-524). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Lemos, F. C. S. & Cardoso Jr, H. R. (2009). A Genealogia em Foucault: Uma Trajetória. *Psicologia e Sociedade*, 21 (3), 353-357.
- Lemos, F. C. S. & Cardoso Jr, H. R. (2012). Problematizar. In T. G. Fonseca, M. N. Nascimento, & C. Maraschin (Orgs.), *Pesquisar na diferença*. Um abecedário (pp. 191-193). Porto Alegre: Sulina.
- Malatian, T. (2009) Narrador, registro e arquivo. . In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 195-222). São Paulo: Contexto.
- Martins, A. L. (2009). Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 280-308). São Paulo: Contexto.
- Nora, P. (1993). "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". In *Projeto História*, n. 10, 07-28.
- Oliveira, R. C. (2006). *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP editora.
- Nietzsche, F. (2003). *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Rabinow, P. & Rose, N. (2003). *The essential Foucault*. New York: The Word Press.
- Reis, J. C. (2014). *História & teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sforzini, A. (2014). *Michel Foucault. Une pensée du corps*. Paris: Presses Universitaires de France.

Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB.

Recebido em 06/07/15

Aceito em 04/11/15

Dolores Galindo: Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Cultura Contemporânea/UFMT

Flávia Cristina Silveira Lemos: Psicóloga/UNESP, Mestre em Psicologia e Sociedade/UNESP, Doutora em História/UNESP. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ02. Professora de Psicologia Social/UFPA.

Leandro Passarinho Reis Júnior: Psicólogo/UNAMA. Pedagogo/UFPA. Mestre em Educação/UEPA. Doutor em Educação/UFPA. Professor de Educação/UFPA

Marcelo Moraes Moreira: Psicólogo/UNAMA. Mestre em Psicologia/UFPA. Professor de Psicologia/ESAMAZ.

Amanda Gabriella Borges: Estudante de graduação em Psicologia/UFPA. Bolsista de iniciação científica, CNPq.